

ENTRE LINHAS E IDEIAS: ANÁLISE DO DISCURSO DO JORNAL “DIÁRIO DO POVO”

Between lines and ideas: discourse analysis of the newspaper “Diário do Povo”

Joel Rodrigues de Moura

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Resumo

A presente obra é um estudo de caso no campo da análise do discurso, onde o conteúdo detalhará amostras de artigos encontrados no periódico “Diário do Povo”, jornal classista operário que circulou em Pernambuco entre os anos de 1921 e 1922. A principal meta deste texto é destacar a importância da análise do discurso como ferramenta para a captura das relações de poder e estratégias ideológicas manifestadas em contextos históricos específicos. Após uma discussão metodológica, é apresentado, de forma empírica, um exercício da análise do discurso, usando o referido jornal como fonte.

Palavras-chave: análise do discurso, grupos sociais, imprensa operária, Diário do Povo.

Abstract

The present work is a case study in the field of discourse analysis, where the content will detail samples of articles found in the periodical “Diário do Povo”, a working-class newspaper that circulated in Pernambuco between the years 1921 and 1922. The main goal of this text is to highlight the importance of discourse analysis as a tool for capturing power relations and ideological strategies manifested in specific historical contexts, where after a methodological discussion an exercise in discourse analysis will be presented empirically, using the aforementioned newspaper as source.

Keywords: discourse analysis, social groups, workers press, Diário do Povo.

INTRODUÇÃO

A comunicação faz parte da experiência humana desde seus primórdios como seres sociais. As grandes transformações da espécie sempre foram acompanhadas de novas formas de difundir ideias. Gravuras em paredes de cavernas, tabuletas de pedra talhadas com palavras, manuscritos lidos em meio a ágoras, todos são sintomas disso e cada nova geração de pessoas presta-se mais atenção à importância da comunicação dentro das sociedades, empreendendo formas inéditas de comunicação.

O objeto de estudo do presente trabalho é uma dessas formas de comunicação. Especificamente, um veículo de comunicação coletiva – o jornal. Em sua missão de comunicação em massa, o jornal retrata acontecimentos habituais da vida em sociedade de várias formas, transpassando ideologias, sociopolítica, cultura, conflitos internos e uma vasta miríade de outras coisas pertinentes à vida humana e, portanto, configura uma fonte historiográfica riquíssima capaz de caracterizar uma dada sociedade em um momento histórico específico (Kreniski; Aguiar, 2011; Carneiro; Chaves, 2014; Oliveira, 2016).

Anderson (2008) enfatiza que os periódicos podem desempenhar o papel de construção de memória de uma comunidade. Quando um jornal escolhe publicar um determinado evento (às vezes, em detrimento de outro), ele ajuda a moldar uma determinada percepção pública, contribuindo para o reforço de uma identidade, ou seja, as publicações não figuram apenas como meros meios de veiculação de fatos, mas também figuram como instrumentos de formação e sustento de comunidades que existem no imaginário coletivo de uma população.

Neste contexto, o presente trabalho nasce a partir da análise de conteúdo do periódico “Diário do Povo”, uma publicação de cunho político, da chamada imprensa operária, que circulou em Recife entre setembro de 1921 e agosto de 1922.

A historiografia baseada no estudo de periódicos deve munir-se de determinadas precauções ao lidar com suas fontes. Os jornais são imbuídos de ideologia de classe daqueles que os produzem, e isto pode acabar por camuflar características da realidade social na qual as publicações são escritas e é do interesse do historiador nunca desconsiderar este aspecto de pessoalismo (Campos, 2012; Essensfelder, 2017; Silva; Coelho, 2017), ou seja, pode-se encontrar a neutralidade na natureza, mas não em páginas de jornal.

A partir deste pressuposto, para além de uma divagação metodológica, o presente estudo propõe a análise do discurso em alguns pontos da trajetória do Diário do Povo. Carregados de simbolismo, os recortes das amareladas páginas do antigo jornal representam a proposição de novas abordagens sobre o material posto em exame.

ANÁLISE DO DISCURSO - LER O QUE NÃO É DITO

Na definição de Bauer e Gaskell (2017), dá-se o nome de “análise do discurso” a toda uma variedade de diferentes enfoques aplicados no estudo de fontes escritas, desenvolvidos

a partir de diferentes práticas e tradições teóricas, e tratamentos que variam de acordo com seus utilizadores e temas trabalhados. Para Fernandes (2005), objetivamente, a prática da análise do discurso se manifesta num movimento metodológico resultante da mistura entre o teórico e o interpretativo. Dito isto, percebe-se que não existe um modelo definitivo do que figura a análise do discurso.

Ainda na linha de Bauer e Gaskell (2017), todos esses estudos convergem em concordância para o objetivo de negar que a linguagem nada mais é que um meio neutro de comunicar-se ou descrever o mundo ao seu redor. O discurso é parte da construção da vida em sociedade.

O crescimento relativamente rápido do interesse do meio historiográfico pela análise do discurso é fruto de uma “virada linguística” decorrente da crítica ao modelo positivista, sugerindo novos objetos de estudo, novos enfoques e novas questões (Geary, 2000; Luz; Carvalho, 2021). Para que um determinado enfoque possa ser classificado como discurso analítico, há de se dizer algo além do que as fontes nos revelam.

É interessante tomar a análise do discurso como metodologia estruturada por quatro temas centrais, dos quais o primeiro deles é a preocupação com o discurso nele próprio, o qual é enfocado como uma forma de agir e está imbuído de convicção retórica. O segundo enfoque é na linguagem construtiva: ele é sempre construído tendo como base recursos linguísticos que lhe precedem, baseados no contexto inserido. O terceiro enfoque é a preocupação com a “orientação da ação” ou ainda a “orientação da função” do discurso. Ou seja, os discursos devem ser vistos como práticas sociais. O quarto enfoque é que a análise do discurso lida com os textos organizados retoricamente: deve-se enxergar a vida social como uma composição de vários tipos de conflito, de tal forma que uma parcela considerável do esforço empreendido no discurso é aplicada em firmar uma visão de mundo perante outras demais conflitantes.

Talvez seja mais fácil se discutir os temas levantados na análise do discurso do que de fato explicar, de forma concreta e definitiva, como conduzir uma análise de um discurso, pois acima de tudo é uma prática empírica e particular.

O ponto de partida para a análise do discurso é a suspensão do que é tido como algo dado, não muito diferente da técnica antropológica de “tornar o familiar estranho”. Precisamos mudar a forma como a linguagem é enxergada, de modo que possamos focar na construção, organização e funções do que é dito, e não buscando “a essência” do que é dito.

Quanto aos procedimentos metodológicos da análise do discurso, pode-se recorrer a duas abordagens: uma macro-instância, ponto de início do qual se situa o discurso em análise em toda sua conjuntura, buscando entender seus aspectos históricos, ideológicos e sociais; a micro-instância, em que se interioriza uma formação discursiva, entende-se suas regularidades, e a análise ocorre por meio dos recortes e sequências linguísticas-discursivas, se captando a polifonia de elementos.

Retomando o prisma de Fernandes (2005), essas duas instâncias não devem ser separadas ou preteridas – a materialidade linguística é um “vai e volta” orgânico do objeto em nossas vistas, onde os discursos se transformam e se desdobram. Na análise do discurso também se faz necessário levar em consideração os conceitos de *recorte*, e *trajeto temático*. O recorte nada mais é que uma seleção de “amostras” de um “organismo maior”. O trajeto temático aciona a memória discursiva e também a inscrição dos agentes históricos em diferentes formações discursivas, permitindo um exame da construção e das mutações dos sujeitos e dos discursos.

Ao analisar um discurso deve-se renunciar às próprias conjecturas e às formas de como costumeiramente afere-se sentido às coisas. Deve-se mergulhar no material de estudo, mas sem deixar que o mesmo nos “pegue pela mão” em suas linhas. O analista é que deve conduzir a conversa. Também é fundamental na análise do discurso ser sensível àquilo que não é dito. Aos analistas o silêncio pode revelar fatos ruidosos. Contudo, há de se levar em consideração que ao compreender e discutir o contexto, o analista do discurso não está revelando o oculto, e sim produzindo uma versão de seu objeto baseada em sua ótica, construída, orientada e objetivada tanto quanto seu objeto de estudo.

A IMPRENSA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Até a década de 1970, a quantidade de obras que tinham como objeto de estudo jornais e revistas ainda era relativamente pequena. A importância histórica dos impressos era reconhecida, mas existia certa relutância em relação a utilizá-los como instrumento de produção historiográfica (Luca, 2005).

Até então a historiografia ainda ostentava as vestes da antiga tradição que pregava que a História era nada menos que a busca pela verdade dos fatos tal qual ocorreram, e que jornais não eram ferramentas adequadas pois eram maculados pela subjetividade,

parcialidade e a credibilidade das informações contidas eram sempre questionadas (LUCA, 2005).

A prática historiográfica receberia um ânimo renovado nas primeiras décadas do Século XX. A escola dos *Analles* realizaria movimentações que propunham novos objetos, problemas e abordagens. Essa renovação era imbuída da ideia de que era necessária uma História que fosse além dos jogos de poder dos poderosos. Era necessária uma grande expansão do horizonte historiográfico, diversificando com o que e como se produz historiografia (Burke, 1991). O estatuto da imprensa no meio historiográfico brasileiro sofreu mudanças na década de 1970, onde além da história da imprensa ou por meio desta, o próprio jornal virou objeto de estudo. Destacamos um excerto da obra *O bravo Matutino* de Capelato e Prado, em que se afirma que, naquele dado momento até então, “os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises” (Capelato e Prado, 1980, p. 19).

A trajetória do movimento operário brasileiro gozou de grande prestígio no período entre 1970 e 1990, tendo a imprensa como sua principal fonte de estudo. A imprensa operária normalmente era composta por “pessoas da causa”, militantes que muitas vezes imprimiam seus periódicos à duras penas em pequenas oficinas custeadas por esforço coletivo dos trabalhadores ou manufaturavam-nos às escondidas, usando clandestinamente o maquinário dos patrões (Maciel, 2008).

Nestes jornais pode-se capturar fragmentos de como se davam as associações dos trabalhadores, quais correntes ideológicas professavam, quais os obstáculos os movimentos locais enfrentavam (tanto externos quanto internos), a relação dos operários com os patrões, como a sociedade e o estado reagiam as sublevações dos proletários exigindo condições de trabalho mais dignas, as condições da vida cotidiana dos trabalhadores e a própria forma como os movimentos se apoderaram da imprensa para usá-la como ferramenta de luta ideológica.

A IMPRENSA OPERÁRIA EM PERNAMBUCO

Tendo como marco inicial o processo de industrialização da Europa, o Brasil iniciou tardiamente seu processo de industrialização. Ao mesmo tempo em que nos países

pioneiros já se transcorriam desdobramentos significativos de novas etapas da Revolução Industrial, no Brasil a transição da adoção da força de trabalho escrava e a adoção de mão de obra assalariada e livre acontecia a tímidos passos. Se por um lado o escravismo se demorava em cair em desuso, por outro a politização da nova classe trabalhadora não correu na mesma marcha, evidenciado pela a criação de jornais operários, principais fontes de informação sobre as movimentações sociopolíticas dos primeiros movimentos operários do país (Santos, 2008).

A principal função da imprensa operária era denunciar as dificuldades enfrentadas por esta nova classe social que se formava dentro de uma sociedade inerte por séculos de comando de grupos sociais e econômicos oligárquicos que tentavam colher para si os melhores frutos da nova era capitalista que desabrochava (Santos, 2008).

O desenvolvimento e amadurecimento da indústria nacional transcorreria com a experiência proletária já formulada na Europa, que, inadvertidamente exportaria ao Brasil uma miríade de ideais operários plenamente desenvolvidos, devido a política eugenista de branqueamento populacional do Brasil Imperial que desejava tornar o país numa “nação branca”, facilitando a entrada de imigrantes europeus. O desembarque dos trabalhadores dos países industriais pioneiros insuflou a mentalidade de classe local, contribuindo para uma acelerada maturação da identidade classista dos trabalhadores locais (Santos, 2008).

Estima-se que, do Século XIX até a década de 1930, existiram mais de quinhentos jornais operários, tendo seu momento mais explosivo durante as décadas de 1910 e 1920 (Santos, 2008). Os jornais operários geralmente eram compostos de duas pautas principais: Em primeiro lugar, se dedicavam a temas relevantes à vida corriqueira dos operários, focados em assuntos que lidavam com questões de economia diária, as precárias condições de trabalho, apresentação de pautas exigindo a diminuição da jornada de trabalho assim como o aumento de salários, como também a celebração de avanços nas conquistas da classe.

Trazendo ainda pautas inéditas à realidade brasileira, a imprensa operária inflamaria o desdobramento de várias outras e introduziu no meio operário o hábito da leitura em um país então majoritariamente analfabeto. As primeiras evidências dessa imprensa política datam de 1848, na cidade de Recife, o maior bastião do desenvolvimento industrial do Nordeste naquele período (SANTOS, 2008). Nos desdobramentos do desenvolver da imprensa ocorrem vários embates visando controle ideológico e a circulação de ideias no

geral, onde grupos e indivíduos provenientes de variadas configurações socioculturais e políticos impõem e defendem suas posições e pautas (SODRÉ, 1991).

A ASCENSÃO DA PENA QUE ESCREVE O DIÁRIO – JOAQUIM PIMENTA NA POLÍTICA PERNAMBUCANA

A classe operária em Pernambuco foi uma das mais importantes vanguardas da experiência de mobilização e organização social durante a Primeira República, tendo Recife como um dos principais centros de ação política dos trabalhadores na virada do Século XIX para o início do Século XX. Uma interessante característica do movimento operário pernambucano deste período é a participação de membros pertencentes às castas das elites intelectuais e políticas locais junto aos trabalhadores organizados, até mesmo em cenários de aguda discórdia social (BARTZ, 2015).

O estado foi palco de intensos movimentos sociais organizados por coletivos operários no período que corresponde de 1917 até 1922, com vários movimentos grevistas e levantes populares. Devido a localização privilegiada de seu porto internacional, Pernambuco foi uma das principais portas de entrada de ideários consequentes de grandes eventos globais, como a Primeira Grande Guerra e a Revolução Russa de 1917. Normalmente os modelos de greves constituíam na apresentação de uma lista de reivindicações com pautas que abarcavam debates sobre a jornada de trabalho de oito horas, folga semanal remunerada, amparo financeiro por enfermidade, incapacitação ou morte em decorrência da atividade laboral, o fim da disparidade de salários entre gêneros e higiene dentro do ambiente de trabalho, dentre outras (BARTZ, 2015).

No ano de 1918 as associações de trabalhadores organizados em Recife passariam por uma profunda reconfiguração, onde os sindicatos mais combativos se uniriam em torno do jornal *Tribuna do Povo*, criado pelo líder libertário Antônio Bernardo Canellas (BARTZ, 2015). Em 1919 se aproximou das causas operárias uma figura importante, o professor Joaquim Pimenta, professor na Faculdade de Direito do Recife, que rapidamente granjeou influência no meio dos trabalhadores e jovens universitários da instituição que lecionava. Introduzido no seio dos grupos proletários de Pernambuco por Cristiano Cordeiro, sua filosofia política, segundo o próprio, era pragmática, ou seja, tentava trabalhar da melhor forma dentro da situação corrente (Zaverucha, 1991). A entrada de personagens como o “Dr.

Pimenta” representava a heterogeneidade dos movimentos sociais operários em Pernambuco (Bartz, 2015).

A figura de Joaquim Pimenta era peculiar. Segundo seus contemporâneos de luta operária, ele frequentava comícios operários vestido com capa e boina de bolchevista, se referindo aos seus co-combatentes como camaradas. Apesar dessas demonstrações de carisma popular, ele fazia questão de conservar os laços que tinha com os segmentos políticos das elites locais, e se envolvendo diretamente com seus deslanches, como, por exemplo, na situação que emprestou seu apoio ao presidente Manoel Borba, em detrimento a facção do general Dantas Barreto, nas eleições estaduais de 1915. Também mantinha laços com setores das forças armadas, de forma tal que muitas de suas aparições eram guardadas pelo tenente Cleto Campelo (Bartz, 2015).

Sagrou-se como uma das grandes lideranças do movimento operário em setembro de 1919, quando assessorou juridicamente as lideranças de um movimento grevista que triunfaria sobre a *Brazil Tramways*. Após essa vitória, seguiu-se uma sucessão de fragorosas derrotas do movimento operário pernambucano, assim como a escalada da violência institucional contra os trabalhadores, o que fez ascender um movimento reformista em desfavor dos revolucionários e Pimenta escolheu a vertente reformista (Bartz, 2015).

No dissídio entre reformistas e revolucionários, algumas lideranças acusavam os intelectuais de aventureiros que, sequestrando a chefia das entidades, abandonam os trabalhadores à própria sorte, já que a defesa do homem miúdo não lhe crescia em nada o próprio capital político, ou seja: o movimento sindical estava sendo transformado em massa de manobra de espertalhões. De toda forma, Pimenta continuou gozando de amplo capital político e decidiu lançar seu próprio jornal focado nas causas operárias. Nascia então o “Diário do Povo”.

ESMIUÇANDO AS PÁGINAS DO DIÁRIO

O “Diário do Povo – Órgão dos interesses coletivos de Pernambuco” teve seu primeiro número em circulação em 13 de setembro de 1921, em formato grande. Seus diretores eram Raul Azêdo e Joaquim Pimenta. A redação do jornal era localizada na Rua 15 de Novembro (atual Rua do Imperador), no número 239, enquanto o prédio da oficina ficava localizado no número 107 da Praça do Carmo.

Normalmente publicado de terça a domingo, o periódico teve 278 publicações, e seus principais slogans eram *“Educar o povo para que o povo eduque os governantes”* e *“É melhor ser vencido pela verdade do que vencer pelo erro”*.

Em seu primeiro editorial ilustrava:

Este jornal surge como rebento legítimo do estado de ânimo que acaba de levantar Pernambuco em peso para a defesa dos seus direitos e vitais interesses. Ele pretende dar forma definida, estabilidade, vida, à atitude deste povo que lhe granjeou o respeito e a admiração de todos os brasileiros e o reintegrou na consciência das suas forças e na dignidade de seu destino (Pimenta; Azêdo, 1921, p. 1)

Consta ao lado do título que:

Este jornal abrirá para cada uma das classes sociais e para os municípios uma coluna onde possam ser discutidos, com absoluta independência, todos os fatos, apenas exigindo comedimento de linguagem daqueles que trouxeram a sua contribuição em artigos ou em simplesmente informações. A responsabilidade dos escritos assinados caberá exclusivamente aos seus autores (Pimenta; Azêdo, 1921 p. 1).

No corpo da primeira página se encontrava uma nota que alertava que:

Por ser um órgão popular, deve tornar-se acessível às classes menos favorecidas, razão por que se venderá sempre a 100 réis. Não é, pois, por concorrência desleal, nem por mercantilismo que adotamos tal medida, sim pelo intuito exclusivo de bem servir ao povo (Pimenta; Azêdo, 1921, p. 1).

Na segunda página, anunciava-se um importante elemento do periódico, a Coluna Operária, um espaço diretamente direcionado a assuntos da classe trabalhadora, raramente omitido em suas edições, presente especificamente em 214 publicações:

Órgão do povo para o povo, este “Diário” trairia sua própria elevadíssima missão se não abrisse em suas páginas uma coluna proletária, destinada à livre manifestação do pensamento obreiro. Fazendo o pensamento prestar um real serviço à laboriosa e sofredora classe operária, uma das grandes forças motrizes da sociedade. Assim poderão doravante os nossos trabalhadores discutir e agitar pela imprensa diária assuntos doutrinários e de política de classe, e é claro, que essas questões sejam tratadas no campo elevado e impessoal dos princípios, externados e propagados numa linguagem moralmente superior, nobre e pura como a ideologia por que se sentem inspirados (Pimenta; Azêdo, 1921, p. 2).

O periódico era dotado de expressiva combatividade, se envolvendo em pautas políticas de grande evidência no momento – como a questão da sucessão do governo do estado –, como também em pautas minoritárias, a exemplo de uma situação em que nas páginas do jornal empreenderam campanha em favor de dois proletários portugueses que, com ordem de deportação do Brasil emitida desde 1919, encontravam-se em penosa situação, dado o fato de que nem eram embarcados de volta à sua terra natal e nem conseguiam recomeçar a vida no Recife.

Cabe aqui uma constatação: enquanto o jornal se apresentava como popular e por meio de sua precificação ser de fácil consumo para uma pessoa pouco abastada, aparentemente tal acessibilidade se apresentava apenas aí. No decorrer de suas páginas, enquanto o periódico se identificava como simpático às causas dos despossuídos, seus discursos pareciam ser construídos de e para acadêmicos. Os textos políticos utilizavam de palavras e figuras de linguagem que pouco se conectavam à comunidade proletária, então majoritariamente analfabeta.

No caso específico do Diário do Povo, talvez a identidade de classe do professor Pimenta e suas ligações com as camadas mais altas da sociedade interferiram na dita missão do jornal. A desigualdade e verticalização da relação de poder entre o editorial do jornal, liderados por um professor universitário, e o público-alvo, em sua maioria pouco ou nada letrado, é refletida na linguagem culta e enfeitada utilizada no periódico.

Como Pimenta nunca renunciou aos seus laços com a alta sociedade, os discursos presentes no Diário do Povo podem ser lidos como “sem tato” em relação à real experiência da classe trabalhadora. Se por um lado o uso de uma linguagem erudita no Diário do Povo emprestava certa credibilidade, por outro lado, a capacidade de o jornal se conectar com o seu público-alvo é alienada. Para sanar tal problema bastava escrever num estilo mais aproximado do coloquial da época, mais direto e com uma sintaxe simplificada.

Outra observação, possível por meio de um exame da totalidade de todo o jornal, é que, excetuando os anúncios, existiam poucas ilustrações na publicação. A falta de imagens no jornal também contribuiu para uma balança desigual, uma vez que o uso de imaginário pode servir no auxílio do engajamento entre a publicação e a classe trabalhadora a qual o jornal diz representar. Curiosamente, o parco número de ilustrações quase sempre girava em torno dos feitos do Joaquim Pimenta, o principal idealizador da redação.

O uso de imagens se mostra bastante importante em comunicação de caráter ideológico, pois além do sentido cognitivo da leitura, a imagem transmite sensorialmente a mensagem do autor. Walter Benjamin já dizia em seu “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica” (2018) que o encantamento das massas de maior importância é aquele que consegue capturar a sua compreensão da forma mais eficaz.

Não seria justo, contudo, não atentarmos ao fato de que no período em questão os jornais brasileiros no geral enfrentavam o “atraso” tecnológico que tornava a adoção de imagens em jornais algo dispendioso de recursos técnicos e financeiros, ou seja, o uso de imagens poderia ser um contrassenso, especialmente em um jornal sem nenhuma benesse financeira do governo, de modo que o uso limitado de imagens e o foco no principal editor do jornal pode representar um cenário em que a falta de recursos limitou o uso de imaginário, e mostrar a trajetória de Pimenta nas raras imagens foi parte de uma estratégia de autopromoção.

TIROS DE PISTOLA, SARAIVADAS DE PALAVRAS

No início do século passado, assim como hoje, o que era dito num jornal poderia se manifestar além de suas páginas. A exemplo disto, um caso ocorrido em 24 de novembro de 1921, onde na Rua do Imperador o Diário do Povo realizou-se um comício em favor de Nilo Peçanha (chefe da Reação Republicana) e em desfavor de Artur Bernardes. Antes mesmo de chegar ao púlpito, Pimenta e seus acompanhantes foram atacados a tiros. Em meio ao pânico generalizado, houve retaliação dos atacados e o resultado foi um cenário de correria e pânico, com dois mortos e dois feridos, dentre os segundos, o próprio Joaquim Pimenta, atingido de raspão no braço. No dia que se seguiu ao atentado, o jornal lança um duro artigo discorrendo sobre o fato. Intitulado “*A fúria dos Canibais*”, no qual estavam tecidas acusações sobre a família Pessoa de Queiroz, afirmando que foram estes que encomendaram o assalto.

O dr. Joaquim Pimenta não pôde preencher hoje esta coluna. O braço que há profligado os bandidos e os canalhas, os gatunos e os sarrafaçais desta república prostituída não se pode mover, inerte, por que o inanizou a fúria dos canibais que após o latrocínio e o incêndio, empunhavam a arma traiçoeira dos assassinos vulgares. O dr. Joaquim Pimenta, felizmente para o povo, para o grande ideal das reivindicações sociais, ainda vive. Não

morreu o paladino que não treme, nem recuará jamais ante a horda dos bárbaros e dos selvagens. As balas não o atingiram. [...]

Nunca me passou pela mente, nos momentos de mais descrença e de maior dúvida, que a humanidade produzisse monstros como os Pessoas de Queiroz que mandam assassinar torpemente, friamente, por grupo de bandidos tarados como eles, uma multidão inerme que vai na praça pública lançar um protesto justo, sincero, corroborando ao lado do exército na defesa dos seus próprios direitos, dos seus interesses, das suas reivindicações. [...]

Os Pessoas de Queiroz amontoaram ouro pelos mesmos processos dos bandidos da Calábria; disfarçados, porém com a máscara social do “*grand monde*” onde eles revolvem a sua alma corrompida por todas as ignomínias, por todas as infâmias, por todas as aberrações. Os seus crimes correram subterraneamente, nos canos de esgoto da Justiça, abafados pelos capachos que os incensam disfarçados de casaca nojenta dos deputados e gente da mesma laia, que entoam os “*salutariashostia*” da sua baixaza ao altar molhado de sangue dos caciques paraibanos. Mas todo mundo sabe disso. A prata sufocou a consciência de muitos e a posição de um tio presidente de orgia imensa de que é teatro este país, abafou as poucas negações dos serventuários do poder, metade atolados na sentina, hesitando em mergulhar o resto do corpo corroído [...] (Pimenta; Azêdo, 1921 p. 1).

Enquanto evocam a imagem de paladinos heroicos para tratar de Joaquim Pimenta, os Pessoa de Queiroz foram reduzidos a “bandidos tarados da Calábria” que se valem da posição social elevada para deslanchar seus desmandos na capital pernambucana, sob a chancela da proteção política proveniente do parentesco com o presidente.

[...] Mas quando o poderio dos infames passar, quando se extinguir a força dos canibais, que ainda lhes dá a auréola da bajulação incensadora interesseira dos palúrdios, o ódio dos homens, a execração da família pernambucana, há de cair sobre eles, na justa vendeta pelos mártires que tombaram. [...] Amanhã serei eu talvez assassinado, e tombarei como os outros, nas ruas da cidade, mas ao menos me restará o consolo de ser do pugilo dos moços da minha terra que não recua ante a fúria dos bárbaros. Não treme um instante sequer para dizer a verdade, nem lhe falta o ânimo em puxar a máscara dos bandoleiros. Havemos de continuar. Não será jamais a fúria canibalesca dos assassinos de coturno que há de empecer a marcha do povo, que aumenta, cresce, avoluma-se para a defesa de seus ideais, que hão de chegar um dia, assim mesmo, espadanando no sangue glorioso dos mártires e dos heróis. Forjemos, porém, o aço dos grilhões que hão de encarcerar as feras da Paraíba. (Pimenta; Azêdo, 1921, p. 1)

Seguem-se mais frases de efeito numa retórica elaborada que termina com uma afirmação – a ação não sairá impune, e o sangue será pago com sangue. Mas a redação foi cautelosa o suficiente para não afirmar que a instituição do Diário do Povo pegará em armas contra os Pessoa de Queiroz, e sim a revolta do popular promoverá a represália. O artigo é uma acusação direta e nem um pouco sutil aos Pessoas de Queiroz, que são associados a toda sorte de atividades escusas, ao relacioná-los a termos como “bandidos da Calábria”, por exemplo. Valendo-nos do conceito da genealogia do poder de Foucault¹, Pimenta coloca os perpetradores do crime como portadores do poder, que abusam de sua posição controlando a situação por meio de métodos amorais. Em contrapartida, demonstra-se o poder de resistência atribuído à Pimenta.

Devido às acusações, o jornal enfrentou certo problema para circular plenamente, retornando no dia 29, mediante um acordo entre as autoridades policiais, que garantiriam que o jornal poderia regressar sem temer represálias. Pimenta promove uma campanha de refutação contra o Jornal do Commercio e sua direção, que responsabilizavam os organizadores pelo ataque que sofreram, em artigos atrevidamente chamados de “*Exame de consciência*”. Seguiram-se artigos como “*Banditismo e covardia*” e “*Dissecando monstros*”, e o polêmico “*A fúria dos canibais*” retornava. Seguiria nesta linha até o final do ano, e em 1922 o vespertino continuava engajado em suas pautas.

Em março de 22 a redação renovou os protestos contra o que decorria acerca do processo em torno do fatídico tiroteio de 24 de novembro do ano anterior, uma vez que insistiam em atribuir ao Joaquim Pimenta à responsabilidade do ocorrido (NASCIMENTO, 1967). Um empático clamor popular se levantou a favor de Joaquim Pimenta e sua esposa, especialmente no meio operário e a Congregação da Faculdade de Direito e o corpo discente da mesma. A reação fora suficiente para se arquivar o processo.

Neste mesmo ano transcorreria uma agitação social causada pela questão da sucessão governamental em Pernambuco, em uma das campanhas políticas mais movimentadas na história do estado. O Diário do povo apoiava a candidatura de José Henrique Carneiro da Cunha enquanto criticava ferrenhamente a política dos irmãos Pessoa de Queiroz, que apoiavam o candidato da oposição, Lima Castro, protegido pelo Catete. O periódico encheu-se de material político, em meio a um cenário de agitação social, clamor

¹ Termo tomado de Nietzsche, Foucault define a genealogia como um método de análise do poder a partir da contextualização histórica das condições políticas de possibilidades dos discursos.

estudantil, do proletariado e das forças armadas, com a participação do comando do Exército local, que apoiava o candidato opositor.

VOTOS, DISCURSOS E CARABINAS

As eleições ocorreriam a 27 de maio, e o vencedor fora o candidato indicado pela situação, em meio a grande furor (NASCIMENTO, 1967). A sede do Diário do Povo seria duas vezes atacada a tiros na madrugada do dia que se seguiu, por integrantes do 21º Batalhão de Caçadores. Um pequeno grupo de trabalhadores que estavam dentro do prédio revidou e dois deles morreram no ataque. *“Ficaram as máquinas, as coisas de tipos e o modesto mobiliário espantosamente crivados e perfurados de balas de fuzis e metralhadoras”*, nas palavras da própria publicação (Pimenta; Azêdo, 1922).

Diante de tanta truculência, o jornal ficaria suspenso até o dia 2º de junho de 1922, onde a primeira página do periódico despojava uma tarja preta fúnebre, com fotografias do prédio após o ataque, tiradas a partir de onde as forças armadas e também de onde o operário José Martins perdera a vida entrincheirado dentro do prédio. Segue-se num exercício de análise do discurso utilizando um fragmento da reportagem principal:

Ainda mesmo incandescente, não poderia a nossa pena traçar toda a hediondez das cenas de canibalismo que foi teatro uma cidade civilizada, com mais de trezentos mil habitantes, durante os três dias de feroz intervenção militar em que um coronel do Exército, esquecendo o alcance moral de suas funções trocou sua espada de soldado pelo trabuco do facínora.

Não há em toda a história republicana do Brasil, desde que entrou em execução o famoso artigo 6º da Carta Constitucional, um assalto mais violento, mais bárbaro, mais escandaloso, mais cínico à autonomia de um Estado. Jamais se registrou um atentado mais ignóbil e mais desumano à vida de uma coletividade pacata, e inerme. E isto porque um homem, cuja mentalidade retrata um perigoso epilético ou um terrível criminoso nato, entendem servir às posições partidárias e aos interesses comerciais de certos indivíduos que tem, para recomendá-los perante a nação, serem apenas sobrinhos do presidente da República (Pimenta; Azêdo, 1922, p. 1).

Nota-se aqui que a redação do Jornal se faz valer de sua versada retórica para equiparar o assalto ocorrido contra a redação do Diário do Povo a uma ação de cruel capangagem no intuito de deslegitimá-la. Para reforçar o ponto de que o exército foi

instrumento de severa violação, citam o Artigo 6º da Constituição outorgada em 1891, que assim discorre:

Art 6º - O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

1º) Para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; 2º) Para manter a forma republicana federativa; 3º) Para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos; 4º) Para assegurar a execução das leis e sentenças federais².

O texto prossegue em sua hiperbólica denúncia:

[...] O coronel Jaime Pessoa aqui aportou, não faz dois meses, [...] porém assim que assumiu o comando da Região, foi fechando os olhos a umas tantas coisas que se iam passando nos quartéis, o que punham em dúvida a gravidade do cargo que ocupa.

Intensificada a campanha em torno da sucessão governamental, logo se viu o major fiscal do 21º de caçadores transformando em meetingueiro [gíria para local de encontro] vulgar[...]. E enquanto o major Julio de Azevêdo, impunemente, deitava os seus tropos zelosos, e a música e patrulhas do 21º assistiam aos comícios castristas e tomavam parte nos escarcéus políticos, os oficiais e soldados que juravam sobre a firma Pessoa de Queiroz eram vigiados, castigados, removidos para bem longe, afim de que se pudessem sem tropeço avançar no plano terrorista de assalto ao Estado pelas carabinas do exército (Pimenta; Azêdo, 1922, p. 1).

Ao iniciar sobre o coronel Jaime, tentam lhe impor a pecha de ingrato, ao citar o devido cuidado com o qual os nortistas recebiam forasteiros, ao mesmo tempo em que lhe atribuem incompetência e tendencionismo, ao mencionar sua inação perante determinadas injustiças cometidas pela soldadesca e ações políticas dentro da instituição que visavam abrir caminho para o terror.

[...] Tudo isto está no domínio público: mas o que ninguém esperava pelo menos tão inopinadamente, era um golpe de forças tão brutal, tão selvagem, tão ignomioso, tendo partido diretamente do próprio comandante da Região. Convencido da derrota dos coligados, não hesitou em vingar-se do povo que o acolhera, e dali o cenário rubro e revoltante que envolvem o Recife durante os três dias trágicos em que apenas sobrenadou uma coisa – uma farda tinta de sangue e salpicada de lama. Tudo o mais abismou-se, desapareceu num turbilhão de fogo que reduziu a tralhas, com a constituição da República, a dignidade daquele que, por

²Extraído da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10599827/artigo-6-da-constituicao-federal-de-24-de-fevereiro-de-1891>. Acessado em 03/02/2023.

ironia do destino, ainda se tolera como supremo magistrado da nação (Pimenta; Azêdo, 1922, p. 1).

A intenção da matéria é, da forma mais ruidosa possível, denunciar e condenar o evento e o coronel responsável pelo o que considera um abuso por parte de poderosos, evocando raiva e indignação nos leitores. Na narrativa o ingrato *outsider* desrespeitou o cargo que ocupa para se tornar mero capanga que atropelou a Constituição em nome de interesses particulares, apequenando até mesmo o governo central com suas escusas ações.

[...] Mas o que toca as raias do cinismo é que, depois se elevou do norte ao sul o protesto do país contra tão abomináveis crimes, cujo retrato já foi pela imprensa da terra minuciosamente feito; depois que todas as vozes num coro angustioso, se ergueram súplices, pedindo um paradeiro à bruteza atávica dos chacinadores de um povo; gritaram pelo telégrafo os bandidos que foram as vítimas que tramaram e praticaram toda a hecatombe; foram elas que se espingardearam a si mesmas, que fizeram correr o sangue nas ruas do Recife a derramar lágrimas nos lares onde a orfandade e a viuvez entraram de chofre.

É o que se depreende da correspondência do comandante da região e das notas oficiais do Sr. Epitácio Pessoa, sem falar dos fâmulos do pessoísmo que daqui telegrafaram para a imprensa do Rio e dos Estados, invertendo a verdade dos fatos. Sim, fomos nós que envolvemos o Recife em luto e espalhamos a dor e o desespero no seio das famílias; mas isto não é o que afirma o “Diário de Pernambuco” com a sua incontestável neutralidade; isto não é o que diz o corpo consular que se sentiu sem garantias, recorrendo ao presidente da República, em vez de dirigir-se ao governador do Estado, isto não foi o que telegrafou o clero cujo alheamento ao problema governamental também ninguém contesta; isto não é o que diz o Recife em peso que assistiu apavorado o atulhamento das ruas de patrulhas do exército e o assalto por este às oficinas do “Diário do Povo”, onde tombaram sem vida, umas, feridas, entre as vítimas da sanha partidária do coronel Jaime Pessoa (Pimenta; Azêdo, 1922 p. 1).

A redação da matéria pinta o cenário de que o ataque sofrido pela redação é apenas mais um sintoma de uma suposta chacina da inocente população, a qual clamam pelo fim da bandidagem outorgada pelo governo local, a qual reporta aos seus superiores uma versão distorcida dos fatos, atribuindo ao pessoísmo e ao coronel Jaime a maior responsabilidade. Oportunizam para citar a neutralidade do periódico Diário de Pernambuco, provavelmente na intenção de condicionar o leitor para outro momento mais adiante na matéria.

[...] E enquanto assoalham os nossos pequeninos e rancorosos adversários que dinamitamos diferentes pontos da cidade, onde [estão] os estragos

materiais? Onde [estão] os mortos? Entretanto, aos milhares se constam os indícios de balas das carabinas federais dos prédios particulares e públicos; entretanto, ocultam o fuzilamento de um pobre operário no largo da Faculdade e de um jovem dentista que suplicava que o não matassem; e mais o nome dos bravos defensores desta folha cujo crime para com o exército tem sido até hoje defendê-lo enaltecendo-lhe a tradição e o brio (Pimenta; Azêdo, 1922, p. 1).

Nesta parte, denunciam novas manifestações de acusações antigas de que Joaquim Pimenta vertia os trabalhadores que dizia defender em capangas, municinando-os com explosivos, ao mesmo tempo que desafia seus algozes de prová-lo. Publicações “rivais”, como o periódico “A Província” discorrem sobre o tema imputando tais fatos com insinuações.

Segue-se então uma transcrição e um pequeno comentário de uma outra publicação, o Diário de Pernambuco. É provável que Pimenta considerou que uma reprodução que corrobore com sua versão dos fatos lhes angariasse respaldo adicional:

OS ACONTECIMENTOS

Sobejamente narrados os fatos em todos seus detalhes pelos jornais que não servem ao castrismo, julgamos desnecessário reproduzir tudo [...]. Todavia, mais como um documento que vem em nossa defesa do que como informe aos nossos leitores, transcreveremos do “Diário de Pernambuco” a descrição que ele fez do ataque às nossas oficinas: [...]

O Diário de Pernambuco é anunciado como uma publicação neutra. Essa neutralidade provavelmente fora invocada no intuito de firmar que o periódico citado tem um compromisso maior com a verdade que outras publicações, e as entidades e movimentações sociopolíticas são de caráter secundário. Prosseguindo:

[...] Os contingentes do exército empregados no assalto ao ‘Diário do Povo’ tomaram posição, cerca de 1 hora da manhã de segunda feira no pátio do Carmo, onde ficam localizadas as oficinas daquela folha. [...] Defenderam-se os operários que ali se achavam tanto quanto puderam, fazendo uso de rifles durante uma hora, conseguindo, por fim retirar, fechando a casa onde somente ficaram os que, feridos gravemente, não se podiam locomover. Há quem assegure que para proteger a retirada lançaram os operários duas bombas de dinamite, o que coincide com os estampidos maiores ouvidos durante a noite; mas a ausência no local de indícios que correspondam ao emprego desse recurso de esperado, nada nos permite assegurar sobre isso. É bem certo que a força federal não estava ali a exercer uma função própria do soldado brasileiro, e por isso mesmo, não teria maior empenho

em atirar-se a chacine de meia dúzia de homens que legitimamente se haviam defendido. [...]

Pode se dizer que a inclusão deste segmento foi planejada, indo de encontro à narrativa do próprio Diário do Povo, que previamente já havia negado veementemente o uso de aparato explosivo pelos operários, citando justamente a falta de evidências físicas que comprovem tal acusação. A tiracolo traz a forte afirmação de que não é papel de um soldado que se preze participar de uma reles chacina contra trabalhadores, diminuindo o ataque a um ato criminoso.

[...] Apesar do resumidíssimo número de operários que defendiam este “Diário”, portaram-se eles com um heroísmo de causar assombro. [...] O assalto começou mais ou menos a 1 hora, tendo se repetido duas vezes; no último ataque, já quase ao amanhecer, foram as vítimas alvejadas de surpresa, sendo que José Martins “Zuza” quando se preparava para a reação, recebia a descarga que o matou assim como seu companheiro Antônio Joaquim Ferreira. Mas o que enche de orgulho o operariado pernambucano é que, enquanto os assassinos, mandantes e mandatários recorreram à emboscada para levarem a efeito seus planos tenebrosos, os trabalhadores mostram que lutam como homens (Pimenta; Azêdo, 1922, p.1).

Na última sentença fica clara a intenção de desqualificar os atacantes invocando que apenas os trabalhadores lutaram “como homens”. Invocar a hombridade, ou seja, a virilidade da dignidade masculina, é um artifício que, apesar de estar sendo desconstruído aos poucos atualmente, era muito comum no início do Século XX. Nota-se ainda que a tática da emboscada, atribuída às tropas federais, é citada aqui como contraste, a tática dos covardes. Mas pelo que nos é dito, e compreendendo uma fração mínima de táticas militares, não se pode afirmar que um ataque frontal ao prédio por soldados de infantaria pode ser considerado uma emboscada. Mas aqui a realidade desbotaria o desenho que a pena que a redação do Diário do Povo quer criar.

No geral, o Diário usa uma língua carregada de paixão, repleta de adjetivos e hipérboles negativas para desqualificar a ação dos militares. A menção ao Art. 6º da Constituição faz alusão à ilegalidade do golpe, citando também motivos ulteriores ao ataque. As vítimas são apresentadas como parte de um coletivo pacífico e inocente submetido a um desnecessário e bárbaro ataque desprovido de humanidade. A linguagem emotiva é utilizada para evocar sentimento de repulsa e injúria dos leitores em relação aos militares (e

eventualmente, aos vencedores da eleição), e sentimentos de empatia para com o Diário do Povo e seus associados.

Por um viés baseado nos estudos de Bakhtin (1965), o texto é um exemplo de diálogos entre várias vozes e um choque de perspectivas, representados nas ações dos militares e a reação da população. Também é um exemplo de “discurso carnavalizado”, já que descreve a violência e o caos de forma que choca contra o *establishment*. Para o autor, a rebeldia e subversividade do carnaval é uma reação adversa a tudo estabelecido, do dito oficial e sagrado.

Pelo prisma metodológico de Robert Darnton, tem-se um exemplar de um discurso histórico que nos provém uma inestimável informação sobre o clima social e político daquele período, como também um discurso literário que usa técnicas específicas para repassar sua mensagem. Em seu “Grande massacre de Gatos” (1984) ele nos atenta que a literatura não é um reino autônomo, e sim que é uma parte integral da cultura, de modo que para compreendê-la, a análise idealmente deve ser contextualizada no cenário em que foi idealizada.

Outro ponto da teoria de Darnton é que os jornais constituem parte da esfera pública e constituem como parte fundamental para a apreensão dos eventos em análise. Este texto jornalístico posto em análise poderia ter uma função significativa na forma como a opinião pública compreenderia e lembraria o episódio abordado.

Estas perspectivas podem nos ajudar a compreender o contexto social, cultural e histórico do texto apresentado e as formas na qual ele pode desafiar ou reforçar estruturas de poder existentes. Lilia Schwarcz (2000) nos indica que o texto tem um discurso sobre classes, já que lida com o abuso de poder dos militares guiados por motivos ulteriores.

Na visão de Gramsci (2001) o texto é um discurso que bate contra a hegemonia, já que denuncia o abuso de poder de um comandante militar que se diz agir a mando de indivíduos que ocupam posição de destaque na sociedade pernambucana daquele período. Em “Cadernos do Cárcere” ele argumenta que a hegemonia não envolve apenas o uso da força, mas também o consentimento dos comandados, ou seja, pode-se entender que a responsabilidade dos tiroteios é do comandante tanto quanto daqueles favorecidos por isso.

Numa perspectiva foucaultiana, o texto é uma manifestação de um discurso de conhecimento e poder, já que apresenta uma compreensão específica de eventos e como eles ressoam dentro e para as relações de poder. Em seu “A ordem do Discurso” (1996),

Foucault cita que discursos são processos e exercícios de poder. E em seu “Vigiar e Punir” (1987) ele continua este pensamento concluindo que o poder não é algo de posse fixa, e sim algo de natureza fluida, presente em todas as relações sociais. É possível ainda captar uma alusão ao “poder disciplinário”: os militares exercem controle político sobre seu pessoal, vigiando e eventualmente castigando aqueles que degeneram do ponto de vista pretendido.

Pela ótica de Roger Chartier, enxerga-se o artigo como um representante dos discursos de poder e resistência em que são denunciadas as ações injustas do governo. O autor argumenta que o discurso não é apenas um meio de comunicação, mas também uma ferramenta de exercício e resistência ao poder (Chartier, 1990).

Sob a visão de Pierre Bourdieu, o texto lida com a violência simbólica. O ataque à redação ao Diário do Povo, mais que um atentado é um exemplo do que pode vir a acontecer àqueles que se, porém, no caminho da ordem imposta. Em seu “A Distinção: crítica social do julgamento” (1984) ele explicita que a violência simbólica é uma forma que grupos dominantes usam para impor seus pontos de vista em dada sociedade.

Uma forma de seguir com a análise do discurso desta reportagem seria um exame da linguagem e da retórica usada na elaboração dos textos. Um aspecto linguístico presente no artigo é o uso do termo “castrismo” de forma pejorativa, denunciando que os idealizadores do jornal e apoiadores são aversos a esta ideologia, enquanto o jornal se apresenta como uma fonte mais confiável sobre os fatos.

Esta publicação foi um ponto de virada para o jornal, a partir de então nunca mais deixou de citar em seus editoriais a intervenção do governo federal em Pernambuco. A 5 de Julho suspendeu a circulação devido a um “desarranjo na máquina impressora”. Voltaria às ruas apenas no dia 13 do mesmo mês, agora sob a direção de Manuel Cândido, no qual divulgava um artigo em tom desencantado em que Joaquim Pimenta anunciava sua partida ao Rio de Janeiro e seu rompimento com a Reação Republicana. Anunciava que “*O Diário do Povo provisoriamente, muda, hoje, de diretores: porém o seu programa será o mesmo [...]*” (Pimenta; Azêdo, 1922, p. 1).

A partir deste período, o jornal passa por um processo de “desarmamento”, em que o foco da publicação se volta para poesias de prosa e discussões medidas e ponderadas sobre política. A Coluna Operária pouco se faz presente, e quando surge, é na forma de espaço de recados. Neste meio tempo, se estabeleceu um acordo entre os patronos do governador eleito e o querelante candidato derrotado. Seria escolhido então um *tercius*: o

juiz Sérgio Loreto (Nascimento, 1967). Tal acordo soprou relativa paz na capital pernambucana, e fez com que o Diário do povo publicasse em suas colunas de 18 de julho de 1922:

“A vida jornalística no Recife, após os acontecimentos e os boatos que sempre à sombra daqueles se forjavam e circulavam com prodigiosa rapidez, está de uma pasmaceira de causar mal aos nervos. Não há assunto que interesse, uma notícia sensacional, um boato que agite a língua aos comentadores profissionais. Até a esquina da Lafaiete perdeu o aspecto animado dos dias de mazorca. Em compensação, anda-se na rua sem receio de voltar a casa com o ventre rasgado ou com o crânio partido” (Pimenta; Azêdo, 1922. p 1).

O Dr. Pimenta ainda enviaria do Rio de Janeiro alguns artigos, regressando em pouco tempo e reassumindo a chefia do jornal em 19 de agosto do mesmo ano. Ao que parece, o entusiasmo pela publicação desgastou-se e o ânimo fora fulminado no dia 31 do mesmo mês, data da última publicação, a qual se deu sem nenhuma despedida (Nascimento, 1967). É cabível interpretar a súbita desistência como reação ao fato de que as mudanças políticas pouco adiantaram para Joaquim Pimenta, que preferiu não se tornar de forma irreversível uma *persona non grata* para a cena política instaurada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos destacados no presente trabalho são um lembrete de que na década de 1920 as oligarquias políticas ainda detinham o poder em Pernambuco, e não hesitavam em instrumentalizar os aparatos repressores do Estado para garantir que sua hegemonia não fosse desafiada por qualquer voz em dissídio. A liberdade de expressão era suprimida de forma velada nos cenários mais pacíficos, e a tiros nos casos mais extremos. Os ataques denunciados no jornal Diário do Povo evidenciam interesses particulares dos depositários do poder travestidos de interesse coletivo que por mais brutais que fossem suas ações, eram ditas como soluções necessárias em defesa da sociedade – dissonar com o *establishment* era uma subversão que precisava ser arrancada pela raiz tal qual uma erva daninha.

No entanto, o seguimento da história pernambucana e do movimento operário brasileiro como um todo, demonstra que a violência do sistema contra seus opositores

surtiu um efeito colateral que acabou municinando moralmente os movimentos de resistência à ordem imposta. De fato, as denúncias realizadas pelo Diário do Povo favoreceram a insuflação da luta de movimentos sociais da época, desafiando a preponderância plena dos grupos políticos e econômicos dominantes que não conseguiram conter indefinidamente as mudanças políticas que se seguiriam nas vindouras décadas.

Neste contexto, evidencia-se que a instrumentalização do exercício do poder não era uma tática exclusiva das elites locais. À sua maneira, o jornal Diário do Povo usava de seu poder sobre o meio operário para combater o poder do governo local e políticos opositores. A redação do Diário do Povo guiava a publicação de acordo com suas próprias agendas particulares, e não se faziam de rogados para, sob a chancela da liberdade de imprensa, usar as páginas do jornal para numa linguagem quase teatral atacar diretamente os desafetos políticos dos grupos engajados com o periódico.

A linguagem do periódico, repleta de palavras incomuns e estrangeiras, corrobora a observação de que na década de 1920 era comum os jornais carregarem traços de seus autores – no caso do Diário do Povo, intelectuais com laços estreitos com as camadas mais abastadas da sociedade local. Considerando o contexto sociopolítico do período, essa prática comunicativa também serve de evidência da desigualdade educacional vigente no período. O grosso da população brasileira – composta por trabalhadores miúdos que vendiam sua força de trabalho – não tinha acesso à educação formal, e acabava inevitavelmente excluído do processo de leitura de um folhetim de linguagem requintada, solapando a principal proposta da publicação. Essa dualidade entre a origem social dos autores e o compromisso com a luta operária é uma amostra da complexidade das relações sociais e políticas da época. Joaquim Pimenta não fora o primeiro e nem o último acadêmico que simpatizava com as lutas operárias e contribuiu para com elas.

O encerramento prematuro do jornal fora causado pelo cenário sociopolítico desfavorável carregado de tensões, pivô para o esvaziamento derradeiro do periódico. Esse desfecho é representativo das dificuldades enfrentadas pelos movimentos operários naquele período.

A análise destes episódios do jornal Diário do Povo ressalta não somente a repressão política e o oligopólio social da época, mas também nos traz amostras da capacidade de resistência, organização e mobilização dos grupos sociais por meio da imprensa, e de como estas podem ser heterogêneas – no caso em análise, temos uma publicação idealizada por

intelectuais que se prestam a ser a voz do “brutalizado” meio operário, publicação que alcançou sucessos e encarou revezes de formas variadas em seu quase um ano de existência. Aos nos debruçar sobre publicações classistas como esta, podemos perceber outras camadas das lutas políticas e sociais da época, tornando a produção historiográfica mais abrangente e plural.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict R. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na idade média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 1987.

BARTZ, Frederico Duarte. Reformistas e revolucionários: as lutas internas do movimento operário pernambucano e a formação do Grupo Comunista de Recife (1917-1922) In: OLIVEIRA, TB., org. Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. EDUEPB. Campina Grande, 2015.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

BENJAMIM, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. L&PM Editores. Porto Alegre, 2018.

BORDIEU, Pierre: A Distinção: crítica social do julgamento. ZIUOK. Porto Alegre, 2007.

BURKE, Peter. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989. Editora Universidade Estadual Paulista. São Paulo 1991.

CAMPOS, Rodrigo da Silva. Marcas de subjetividade nas manchetes de um jornal popular: possíveis implicações para um perfil de leitor. In: III Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Sociedade. Campinas. Dilemas e desafios na contemporaneidade. Campinas: Unicamp Editora, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARNEIRO, José Reinaldo Antunes; CHAVES, Niltonci Batista. O uso do jornal como fonte de Pesquisa histórica: Um estudo do jornal “O Tibagi”. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, v. 1, p. 1-16, 2014.

- CHARTIER, Roger. A História Cultural – entre práticas e representações. Lisboa. DIFEL, 1990.
- DARNTON, Robert. O Grande Massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Tradução: Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ESSENFELDER, Renato. Jornalismo e subjetividade: a poética da grande reportagem. *Novos Olhares*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 37-48, 2017.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. 2ª ed. São Carlos/SP: Editora Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, Michel: A ordem do Discurso. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel: Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.
- GEARY, Dick. A "Virada linguística", pós-modernismo e história do trabalho. *Perspectiva*, v. 18, n. 33, p. 35-64, 2000.
- GRAMSCI, Antonio: Cadernos do cárcere - Volume II. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o "vagabundo" na imprensa brasileira. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo/SP, 2011.*
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.*
- LUZ, Ceres; CARVALHO, Alexandre. Michel Foucault e as (in)certezas da história. *Revista Trilhas da História*, v. 10, n. 20, p. 13-34, 2021.
- MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores. *História & Perspectivas*, v. 39, 2008.
- NASCIMENTO, Luiz do: História da Imprensa em Pernambuco (1821 – 1954) Recife/PE: Universidade Federal de Pernambuco, v. 3, 1967.
- OLIVEIRA, Raniele Duarte. Os jornais enquanto fontes de pesquisa: possibilidades de estudos a respeito do município de Uberaba/MG. *In: XX Encontro Regional de História – ANPUH, Uberaba/MG, 2016.*

OLIVEIRA, TB. (org.). Trabalho etrabalhadore no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco eParaíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 113-140.

PERYLO, Diniz: A Província. Edição de 30 de Maio de 1922. Recife, 1922. Disponível emhttp://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=128066_02&pagfis=6528&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acessado em 03/02/2023.

PIMENTA, Joaquim; AZÊDO, Raul. Jornal Diário do Povo. Nº 1, edição de 13º de setembro de 1921. Recife, 1921.

PIMENTA, Joaquim; AZÊDO, Raul. Jornal Diário do Povo. Nº 211, edição de 2º de junho de 1922. Recife, 1922.

PIMENTA, Joaquim; AZÊDO, Raul. Jornal Diário do Povo. Nº 225, edição de 18º de junho de 1922. Recife, 1922.

PIMENTA, Joaquim; AZÊDO, Raul. Jornal Diário do Povo. Nº 238, edição de 13º de julho de 1922. Recife, 1922.

PIMENTA, Joaquim; AZÊDO, Raul. Jornal Diário do Povo. Nº 242, edição de 18º de julho de 1922. Recife, 1922.

PIMENTA, Joaquim; AZÊDO, Raul. Jornal Diário do Povo. Nº 63, edição de 25º de novembro de 1921. Recife, 1921.

SANTOS, Laura Lebosos; Alemparte Abrantes dos: O jornal como instrumento de politização, de propaganda política e de organização: a imprensa operária na primeira fase da industrialização brasileira. UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

SILVA, Jefferson Evaristo do N.; COELHO, Fábio André C. O verbal e o não-verbal, o dito pelo não dito: a palavra e sua(s) significação(ões) no jornal carioca Meia Hora de Notícias. Caderno Seminal, v. 28, n. 28, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck: História da imprensa no Brasil. Mauad. Rio de Janeiro, 1991.

VASCONCELOS, José: Jornal do Recife. Edição de 1º de Junho de 1922. Recife, 1922. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=85453>. Acessado em 05/02/2023.

ZAVERUCHA, JORGE. A filosofia política de Joaquim Pimenta. *Ci. & Trop.*, Recife, p. 423-448, 1991.

DADOS DE AUTORIA

Joel Rodrigues de Moura

Possui graduação em licenciatura plena em estudos sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1992), especialização em Direito Público (2015), especialização em Gestão escolar e coordenação pedagógica (2017), especialização em Educação especial e inclusiva (2019). É servidor público do quadro efetivo de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) no cargo de Oficial de Justiça.

joel.2021608110@unicap.br

<https://orcid.org/0009-0001-0824-1875>